

## ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: ANÁLISE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA

## PUBLIC ADMINISTRATION: ANALYSIS OF ACADEMIC PRODUCTION IN BRAZIL AND LATIN AMERICA

**André Luís Faria Duarte**

Universidade do Grande Rio – UNIGRANRIO; Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, Brasil  
alduarte@cnen.gov.br

**Deborah Moraes Zouain**

Universidade do Grande Rio – UNIGRANRIO, Brasil  
deborahzouain@gmail.com

**Submissão:** 09.10.2021. **Aprovação:** 20.09.2022. **Publicação:** 30.09.2022.

**Sistema de avaliação:** *Double blind review*. **Centro Universitário UNA**, Belo Horizonte - MG, Brasil.

**Editora chefe:** Profa. Dra. Daniela Viegas da Costa-Nascimento

Este artigo encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico:  
<http://revistas.una.br/index.php/reuna/article/view/1333>

### Resumo

O presente estudo analisa a produção acadêmica brasileira e latino-americana sobre Administração Pública. Para tal, foi realizada pesquisa bibliométrica de caráter exploratório e descritivo, a partir da base Scielo, com o objetivo de identificar variados aspectos dessa produção, buscando identificar pontos convergentes e divergentes entre a produção brasileira e a latino-americana não brasileira. Foram selecionados 949 artigos que contêm as expressões “*public management*” ou “*public administration*” no tópico da base. Os principais resultados apontam que a produção latino-americana sobre o tema tem crescido ao longo dos anos, que a produção brasileira responde por 62,6% de toda essa produção, que a produção está concentrada em universidades públicas e que as referências utilizadas pelos autores em seus estudos têm perfis bastante diferentes, quando se compara a produção brasileira da latino-americana não brasileira.

**Palavras-chave:** Administração pública; Gestão pública; América Latina; Bibliometria; Scielo.

### Abstract

The present study seeks to analyze the Brazilian and Latin American academic production on Public Administration. For this purpose, a bibliometric research of an exploratory and descriptive nature was carried out, based on the Scielo database, aiming to identify various aspects of this production, seeking to identify convergent and divergent points between Brazilian and non-Brazilian Latin American production. 949 articles were selected that contain the expressions "public management" or "public administration" in the base topic. The main results indicate that Latin American production on the subject has grown over the years, that Brazilian production accounts for 62.6% of all production, that production is concentrated in public universities and

that the references used by the authors in their studies have quite different profiles, when comparing the Brazilian production of the non-Brazilian Latin American.

**Keywords:** Public Administration; Public management; Latin America; Bibliometry; Scielo.

## 1. Introdução

A Administração Pública (AP) é um campo de prática tão antigo quanto a civilização, embora tenha demorado até o final do século XIX para que uma disciplina acadêmica se desenvolvesse (FARRELL; HATCHER; DIAMOND, 2022). Para Nunes e Nunes (2018), é uma área de estudo que tem muito a se desenvolver como ciência. Orozco (2009) sustenta que a AP, assim como outras ciências sociais, tem, desde a sua origem, problemas epistemológicos em relação à sua condição disciplinar, tendo seu estatuto científico vivido com as mesmas objeções que as disciplinas afins.

Não só no Brasil, mas em toda a América Latina, suas origens estão fortemente ligadas ao direito e ao enfoque jurídico (WAHRLICH, 1979; MOTTA, 2013). Guerreiro Ramos já dizia que a Nova Administração Pública se caracterizava “pela percepção do hiato que existe entre o que sabemos e o que precisamos saber para cumprir os deveres específicos de nossa profissão” (GUERREIRO RAMOS, 1970, p. 9). Para Nunes e Nunes (2018, p. 143) “como ciência, a AP ainda precisa se desenvolver, consolidar suas teorias e aprofundar o conhecimento de seu objeto, descobrindo as propriedades e as ‘leis’ que regem seu comportamento”.

Apesar do grande volume de pesquisa na área, os estudos atuais investigam o tema parcialmente, sem incorporar todos os aspectos da gestão pública e sem uma estrutura organizada (RYU, 2016). Por outro lado, para Figueroa e David (2017), a ciência política e a AP da América Latina tomaram o caminho de consolidar-se à medida que acumulam e sistematizam conhecimentos que fortalecem o corpus de políticas públicas como objeto de estudo altamente relevante.

Dessa forma, o presente estudo busca fazer um levantamento dos estudos em AP na América Latina. Para tal, foi realizada pesquisa bibliográfica onde se tentou contextualizar historicamente as ciências sociais e a AP no contexto da América Latina, e realizada, a partir da base Scielo, pesquisa bibliométrica com artigos de autores latino-americanos que abordam a AP.

## 2. As Ciências Sociais e a América Latina

O campo de estudo das ditas ciências sociais se refere a uma mesma realidade objetiva, que pode ser caracterizada, de modo abrangente, como sendo a sociedade (DAMIÃO, 2015). De acordo com Giddens (2008), os estudos realizados de forma objetiva e sistemática sobre a sociedade e sobre o comportamento humano iniciaram-se no final do século XVIII, sendo, portanto, relativamente novos. Para esse autor, uma mudança fundamental para que isso tenha ocorrido foi a aplicação da ciência para se tentar responder às questões do mundo, no lugar de crenças religiosas, superstições etc. No entanto, foi apenas no século XIX que o modelo de racionalidade da ciência moderna se estendeu às ciências sociais (SOUSA SANTOS, 2008). Desta forma, de acordo com Giddens (2008, p. 7), “a destruição dos modos de vida tradicionais levou os pensadores a desenvolver uma nova concepção dos mundos

natural e social”. Ao questionar sobre o que constitui uma ciência social hoje, Dubnick (2018) ressalta que, para muitos, o fato de se fazer “pesquisa científica” sobre a vida social é fator determinante, sendo o termo “científico” a característica definidora da ciência social.

Historicamente, o pensamento social na América Latina sofreu forte influência europeia (NUNES, 2005). O desenvolvimento dessas ciências relaciona-se aos contextos históricos e políticos característicos dessa região, ligados aos processos de expansão capitalista, da industrialização e dos poderes mundiais (LANGDON, 2014). As ciências sociais, especialmente a sociologia, projetaram-se na América Latina entre as décadas de 1930 e 1950, “período no qual há, por parte de frações da burguesia local, um esforço de industrialização substitutiva de desenvolvimento capitalista independente e de modernização social” (NUNES, 2005, p. 23). De acordo com Miglievich-Ribeiro (2014), entre 1950 e 1970 houve, na América Latina, profícuo intercâmbio que gerou ideias e argumentos originais sobre assuntos como capitalismo dependente e subdesenvolvimento, que foram diminuindo de importância ao longo do tempo.

Ballestrin (2013) chama a atenção para o importante movimento latino-americano do final da década de 1990 chamado Grupo Modernidade/Colonialidade. Para essa autora, este foi um “movimento epistemológico fundamental para a renovação crítica e utópica das ciências sociais na América Latina no século XXI: a radicalização do argumento pós-colonial no continente por meio da noção de “giro decolonial” (BALLESTRIN, 2013, p. 89). Neste sentido, Torres, Romão e Teodoro (2012, p. 16) ressaltam que “A história das ciências sociais na América Latina está vinculada a um complexo grupo de fenômenos” e complementam, enfatizando que “o pensamento vinculado às ciências sociais, tanto epistemológica quanto teoricamente, está enviesado por distintas ideologias, paradigmas teóricos e racionalidades políticas e científicas que existiram ou existem ainda na região” (TORRES; ROMÃO; TEODORO, 2012, p. 16). Já Trindade (2018) sustenta que as ciências sociais, nessa parte do mundo, sujeitaram-se ao contexto sociopolítico de cada nação, tendo uma orientação reformista e crítica. No Brasil, de acordo com Duarte e Zouain (2020), a AP tem sido pesquisada de forma sistemática, pelo menos, desde o final da década de 1930.

### 3. Administração Pública

A administração pública pode ser entendida como um campo, área ou disciplina das ciências sociais. Essa área de estudo surgiu na virada do século XIX para o XX, com foco na preparação de servidores para a administração pública moderna nos EUA (FARAH, 2011). Na academia, as ideias sobre AP tiveram, inicialmente, forte influência do conceito weberiano de burocracia (SOETERS; TESSEMA, 2004) e era entendida como um saber científico livre de valores, com o objetivo de contribuir para o funcionamento eficiente e econômico da administração governamental (FARAH, 2011). No entanto, como não poderia deixar de ser, os estudos em AP se desenvolveram atrelados a crenças e práticas da sociedade no seu contexto histórico (DA COSTA; RONCONI; MENEZES).

O estudo da AP na perspectiva das ciências sociais deve referir-se ao poder do Estado e sua presença na sociedade (CÓRDOVA; DOMÍNGUEZ; GARCÉS, 2020). Desta forma, o Estado, em sua visão moderna, “contém um conjunto de organismos

de decisão (Parlamento e Governo) e de execução (Administração Pública)” (ALMEIDA et al., 2019, p. 24). Para Berrones (2009), a administração pública moderna tem raízes que a definem como uma disciplina com identidade própria.

A AP pode ser considerada um campo de natureza interdisciplinar das ciências sociais que enfatiza as ações aplicadas (WALKER et al., 2019). Nesse sentido, Goodsell (2021) afirma que a AP é um campo de prática aplicado e não uma disciplina acadêmica tradicional. Mele et al. (2020) consideram a AP um campo multidisciplinar no qual muitas perspectivas teóricas coexistem, causando, inclusive, uma fragmentação metodológica.

A administração pública é uma disciplina que está passando por grandes mudanças devido aos constantes desenvolvimentos tecnológicos, às transformações na sociedade organizacional e aos efeitos da globalização mundial, e deve contar com pesquisa rigorosa e o uso de diferentes abordagens metodológicas e desenhos de pesquisa para sua atualização e desenvolvimento contínuo (JURADO-ZAMBRANO; URREGO-ESTRADA; GUTIÉRREZ-OSSA, 2022).

Autores como Ospina, Esteve e Lee (2018) sustentam que a AP possui uma rica e robusta tradição de pesquisa empírica. Já Grimmelikhuijsen, Tummers e Pandey (2017) fazem uma crítica, ressaltando que o campo da administração pública é metodologicamente subdesenvolvido em comparação a outras disciplinas.

Especificamente na América Latina, as ciências administrativas de uma forma geral, tiveram em seus primórdios forte “predomínio do enfoque jurídico (ou da concepção legalista) da administração pública” (WAHRLICH, 1979, p. 33). Na primeira metade da década de 1970, Hopkins (1974) considerava que administração pública era uma das áreas menos desenvolvidas das ciências sociais nessa parte do mundo.

#### **4. Modelos de Administração Pública**

Vários autores analisaram modelos de administração pública predominantes em cada período histórico, e há quase um consenso em se identificar três modelos que se destacaram, cada um, em determinado contexto histórico, sendo esses os modelos patrimonialista, burocrático e gerencial ou da Nova Gestão Pública (NGP) (BRESSER PEREIRA, 1996; SOETERS; TESSEMA, 2004).

De forma sucinta pode-se considerar que a administração patrimonialista é um modelo no qual o patrimônio público confunde-se com o privado (MACIEL, 2021). Já o modelo burocrático busca superar o patrimonialismo, aplicando princípios de eficiência e efetividade na AP (LOPEZ; DIAS; NEBOT, 2020), sendo a produção do serviço público “orientada racionalmente por meio de normas escritas, objetivas, de caráter geral e conteúdo abstrato” (DA COSTA; RONCONI; MENEZES, p. 958). Ramos e Milanese (2017) sustentam que uma característica comum entre as administrações públicas latino-americanas é a coexistência de modelos burocráticos-weberianos com patrimonialismo e práticas de clientelismo em larga escala.

Já o modelo gerencial, também chamado de Nova Gestão Pública (NGP), trata-se de um conjunto de teorias e estudos acerca da modernização da administração pública mediante lógicas de gestão específicas do setor privado (IACOVINO; BARSANTI; CINQUINI, 2017). Em relação às reformas do setor público, a NGP se tornou a doutrina dominante nos últimos 30 anos (NEVES; GÓMEZ-VILLEGAS, 2020).

Para Funck e Karlsson (2020) a NGP continua a chamar a atenção, tendo ainda uma considerável literatura atualmente. De acordo com Montemayor, Ramírez e Ibáñez (2018), a AP e a NGP tiveram um importante *boom* nas últimas três décadas, tanto no campo acadêmico como no campo da prática dos processos de governo.

Montero (2017) ressalta que atualmente, na América Latina, praticamente todos os paradigmas tradicionais de gestão pública estão sendo questionados, já que nenhum deles, com algumas honrosas exceções, foi capaz de fornecer uma resposta eficaz aos problemas crescentes que ameaçam destruir as fundações já corroídas sobre as quais repousa a própria existência do Estado. Nesse sentido, Dani et al. (2018) observam que na maioria dos países da América Latina, com suas democracias consideradas imperfeitas, houve, nas últimas décadas, diminuição na legitimidade da AP.

A área de AP, que engloba atividades de ensino, pesquisa e atividade profissional, caracteriza-se, em termos kuhnianos, como uma comunidade científica (KEINERT, 2014). Com base em tal entendimento, é importante investigar o panorama atual de desenvolvimento de pesquisas da área na academia brasileira, comparando-a com a latino-americana. Desta forma, o objetivo do presente estudo, de caráter exploratório e descritivo, é mapear a produção científica de AP no Brasil e na América Latina, identificando pontos convergente e divergentes dos artigos de autores brasileiros dos artigos de autores latino-americanos não brasileiros. Para alcançar tal objetivo, foi realizado amplo levantamento na base Scielo com a produção sobre o tema estudado.

## 5. Metodologia

O presente estudo se caracteriza como bibliométrico. A bibliometria é uma metodologia de pesquisa na área de Biblioteconomia e da Ciência da Informação, sendo caracterizada pela análise estatística e quantitativa dos resultados acadêmicos (LIANG; LIU, 2018). É um campo de estudo que usa dados bibliográficos de publicações e suas relações de citação para avaliar e revelar a estrutura da pesquisa (KERAMATFAR; AMIRKHANI, 2019).

A seleção de artigos foi feita na base de dados Scielo, acessada por meio da plataforma Web of Science. A base Scielo foi escolhida em função de ser uma base multidisciplinar constituída, principalmente, de periódicos da América Latina e Caribe (HORA; RIBAS JUNIOR; SOUZA, 2018). A busca foi feita partir da seleção de artigos que contém a expressão “*public management*” ou “*public administration*” no tópico da base Scielo. O mapeamento foi realizado a partir da utilização de indicadores bibliométricos. A partir dos dados da produção acadêmica na América Latina, foram analisados três conjuntos de dados: o primeiro conjunto com o total dos dados coletados, ou seja, com todos os artigos com autores latino-americanos, o segundo conjunto com artigos com autores brasileiros, e o terceiro conjunto com artigos com autores latino-americanos não brasileiros.

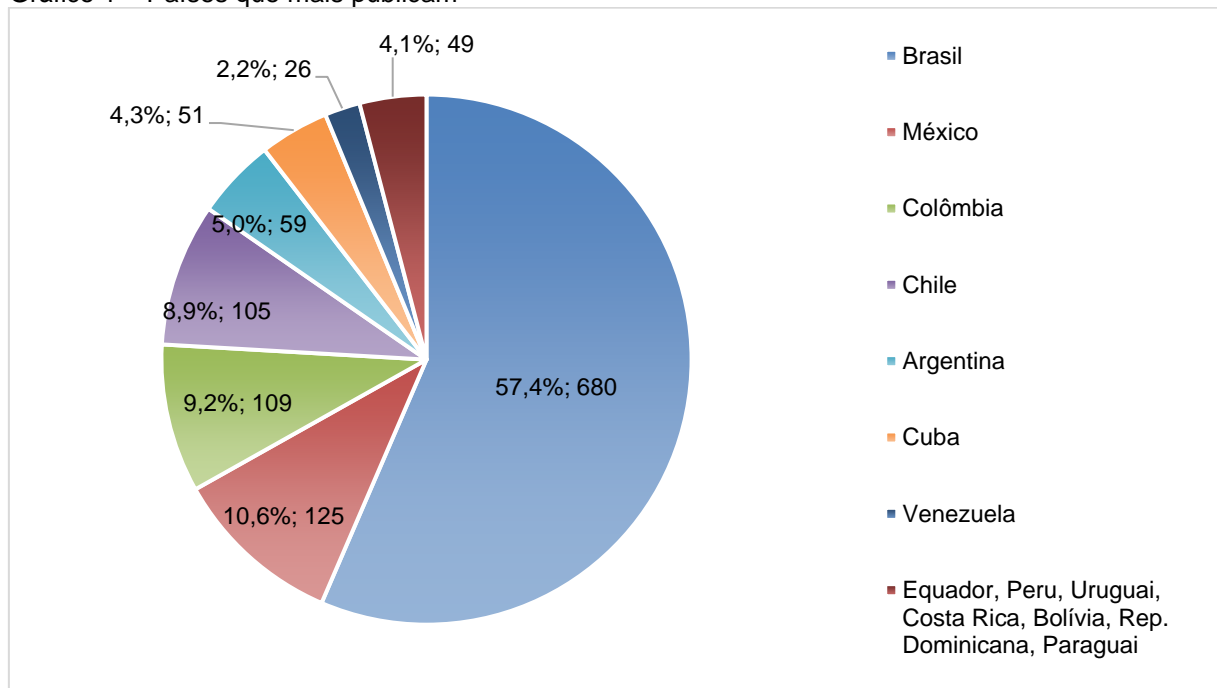
Os dados foram analisados a partir das ferramentas disponibilizadas na plataforma Web of Science e também por meio do software VOSviewer na versão 1.6.18, que foi usado como ferramenta para auxiliar na análise dos arquivos baixados. Em função das inconsistências encontradas nos arquivos com os metadados, foi necessário um trabalho manual de verificação e correção desses dados,

principalmente em relação aos nomes de autores. O exemplo mais marcante é o de Luiz Carlos Bresser Pereira. O nome deste autor foi encontrado de 23 formas diferentes nas referências dos artigos. Esse é o caso mais marcante, mas vários autores são referenciados de variadas formas. Até mesmo o nome de autores dos artigos aparece de forma variada. Jorge Enrique Culebro Moreno aparece como autor de três formas diferentes. Tais inconsistências demandaram trabalho de verificação dos artigos para conferência dos nomes dos autores.

## 6. Análise dos Dados

Os resultados obtidos a partir de dados coletados na base Scielo, realizada em agosto de 2022, apontam que, do total de produção acadêmica na América Latina sobre AP, que totaliza 1.184 publicações, 680, ou 57,4%, tem pelo menos um autor vinculado a instituição de pesquisa brasileira. Os outros países com pesquisadores com produção em AP na América Latina são: México com 125 publicações; Colômbia com 109; Chile com 105; Argentina com 59; Cuba com 51; Venezuela com 26; Equador com 19; Peru com quinze; Uruguai com oito; Costa Rica com quatro; Bolívia, República Dominicana e Paraguai com uma publicação. Parece haver, também, pouca integração de pesquisadores brasileiros com seus pares latino-americanos, já que do total de 680 artigos, apenas seis contam com a coautoria de pesquisador latino-americano não brasileiro (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Países que mais publicam

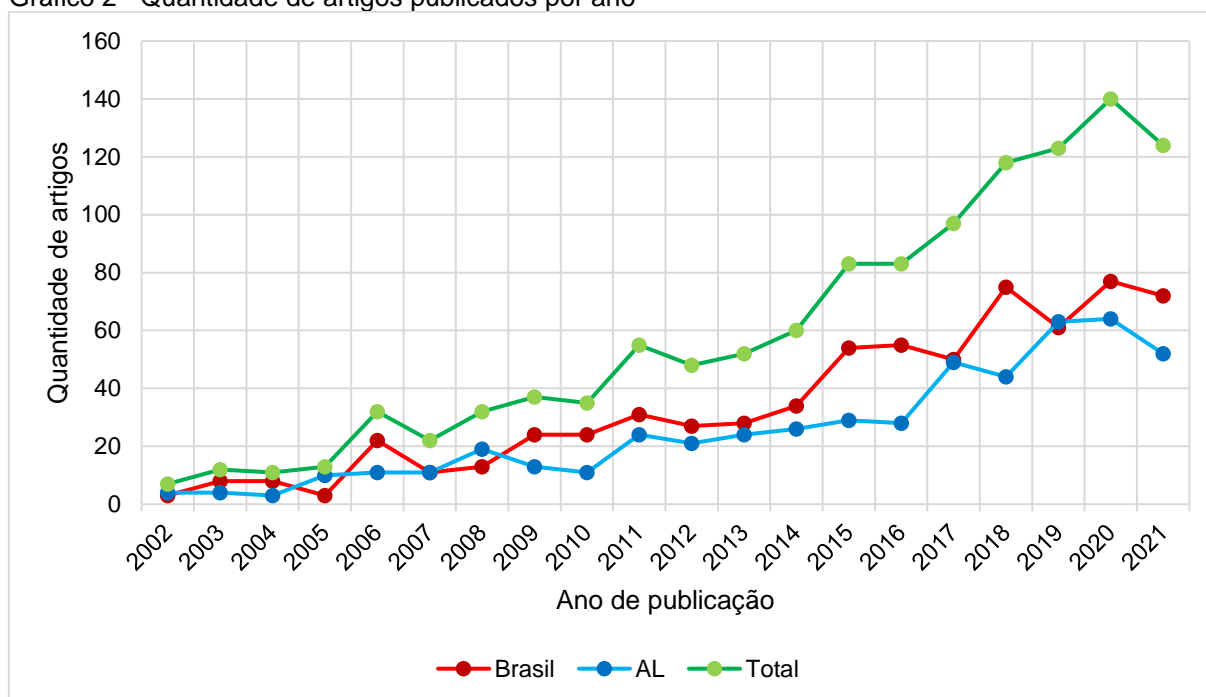


Fonte: Dados da pesquisa (2022)

A análise ao longo do tempo mostra que a produção sobre o assunto na América Latina tem crescido de forma regular. No período estudado, apenas em cinco anos (2004, 2007, 2010, 2012 e 2021) a produção foi menor do que no ano anterior. Já a análise dos dois conjuntos separados, mostra menor regularidade. A produção brasileira teve um pico em 2006, que só foi superada em 2009, e em 2011, só superada em 2014. A partir de 2016 houve maior instabilidade, com quedas em 2017, 2019 e 2021, e picos em 2018 e 2020. A produção de autores latino-americanos não

brasileiros se mostrou um pouco mais irregular no período, tendo uma queda na produção em sete anos do período estudado (2004, 2009, 2010, 2012, 2016, 2018 e 2021). Apresentou um crescimento expressivo em 2017 e 2019. A comparação entre os dois conjuntos mostra que apenas em três anos a produção de autores latino-americanos não brasileiros foi maior que a de brasileiros em 2002, 2008 e 2019, tendo havido empate 2007. No restante do período analisado, a produção brasileira foi maior, principalmente de 2015, 2016 e 2018, quando se nota um “deslocamento” na comparação entre os dois grupos (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Quantidade de artigos publicados por ano



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Os 1.184 artigos têm autores de instituições de toda a América Latina e coautores de instituições da Espanha, Portugal, EUA, Canadá, França, Angola, Holanda, Reino Unido, Alemanha, Austrália e Noruega.

Instituições cujos autores a elas vinculados publicaram 9 ou mais artigos somam 36, sendo 26 do Brasil, 3 do México, 2 da Colômbia, 2 do Chile, 2 da Argentina e 1 de Cuba (Tabela 1).

Tabela 1 - Instituições dos autores que mais publicam

Instituição	País	Natureza	Artigos
Universidade de São Paulo	Brasil	Pública	74
Fundação Getúlio Vargas	Brasil	Privada	73
Universidade de Brasília	Brasil	Pública	53
Universidade Federal de Minas Gerais	Brasil	Pública	37
Universidade Federal de Santa Catarina	Brasil	Pública	34
Fundação Oswaldo Cruz	Brasil	Pública	33
Universidade Federal do Paraná	Brasil	Pública	32
Universidade Federal de Viçosa	Brasil	Pública	30
Universidade Federal do Rio de Janeiro	Brasil	Pública	27

Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Brasil	Pública	26
Pontificia Universidad Catolica de Valparaiso	Chile	Confessional	22
Universidad de la Habana	Cuba	Pública	21
Universidade Federal da Bahia	Brasil	Pública	21
Universidade Federal Fluminense	Brasil	Pública	20
Universidade Federal de Lavras	Brasil	Pública	19
Universidad de Buenos Aires	Argentina	Pública	17
Universidad de Chile	Chile	Pública	17
Universidad Nacional Autonoma de Mexico	México	Pública	17
Pontificia Universidade Católica do Paraná	Brasil	Confessional	16
Universidade Federal de Pernambuco	Brasil	Pública	16
Universidade Federal do Espírito Santo	Brasil	Pública	16
Universidad del Valle	Colômbia	Pública	14
Universidad Nacional de Colombia	Colômbia	Pública	13
Universidade Federal de Goiás	Brasil	Pública	13
Universidade Federal de São Paulo	Brasil	Pública	13
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Brasil	Pública	13
Pontificia Universidade Católica de São Paulo	Brasil	Confessional	12
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Brasil	Pública	12
Consejo Nacional de Investigaciones Cientificas y Tecnicas	Argentina	Pública	11
Universidade Federal do Ceará	Brasil	Pública	11
Universidad Autonoma Metropolitana	México	Pública	10
Universidad de Guadalajara	México	Pública	10
Universidade do Estado de Santa Catarina	Brasil	Pública	9
Universidade Estadual de Campinas	Brasil	Pública	9
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	Brasil	Pública	9
Universidade Federal de Santa Maria	Brasil	Pública	9

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

A classificação das instituições não surpreende, pois está em linha com a classificação dos países que mais publicam sobre o tema, o que não poderia ser muito diferente, afinal, a classificação dos conjuntos de artigos foi justamente com base na instituição à qual os autores estão vinculados. No entanto, alguns achados na relação chamam atenção.

A principal característica da relação é a predominância de instituições públicas. Das 36 relacionadas, 32 são instituições públicas e quatro são privadas, sendo três confessionais.

Outra característica é que apenas duas instituições não são universidades, mas estão bem colocadas entre as que mais publicaram sobre o tema. São elas a Fundação Getúlio Vargas em segundo lugar e a Fundação Oswaldo Cruz em sexto. A Fundação Oswaldo Cruz, é uma instituição pública da área da saúde, o que pode demonstrar um interesse específico na área da saúde pública.

Os 1.184 artigos aparecem divididos entre 358 periódicos, o que dá uma média de 3,3 artigos por periódico. Nesse ponto, chama a atenção a liderança da Revista de Administração Pública, editada pela Fundação Getúlio Vargas, com 133 artigos, o que representa 11,2% do total da produção pesquisada. O segundo periódico com maior número de artigos também é editado pela Fundação Getúlio Vargas, Cadernos EBAPE.BR, com 63 artigos, que representam 5,3% da produção. Esses dois periódicos representam 16,6% da produção pesquisada. Do total, 18 periódicos concentram 35,9% da produção, sendo 15 deles editados por instituição do Brasil, um do México, um do Chile e um da Venezuela (Tabela 2).



Tabela 2 - Periódicos que mais publicam na América Latina

Periódico	Instituição/País	Qtde.	%	% acumul.
Revista de Administração Pública	FGV/Brasil	133	11,2%	11,2%
Cadernos EBAPE.BR	FGV/Brasil	63	5,3%	16,6%
Revista de Administração Contemporânea	ANPAD/Brasil	25	2,1%	18,7%
REAd Revista Eletrônica de administração	UFRGS/Brasil	24	2,0%	20,7%
Ciencia & Saúde Coletiva	ABRASCO/Brasil	22	1,9%	22,6%
Saúde e Sociedade	USP/Brasil	20	1,7%	24,2%
Gestion y Política Publica	CIDE/México	16	1,4%	25,6%
Organizações & Sociedade	UFBA/Brasil	15	1,3%	26,9%
Saúde em Debate	CEBES/Brasil	12	1,0%	28,9%
Urbe Revista Brasileira de Gestão Urbana	PUC-PR/Brasil	11	0,9%	31,7%
Educação & Sociedade	UNICAMP/Brasil	11	0,9%	31,7%
RAM Revista de Administração Mackenzie	Mackenzie/Brasil	11	0,9%	31,7%
Revista de Investigações Constitucionais	UFPR/Brasil	11	0,9%	31,7%
BAR Brazilian Administration Review	ANPAD/Brasil	11	0,9%	31,7%
Educar em Revista	UFPR/Brasil	11	0,9%	31,7%
Polis Santiago	ULAGOS/Chile	10	0,8%	35,9%
Revista Direito GV	FGV/Brasil	10	0,8%	35,9%
Revista Venezuelana de Gerencia	LUZ/Venezuela	10	0,8%	35,9%

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Como o Brasil responde por mais de 60% da produção do tema, não surpreende muito que a maioria dos periódicos sejam editados no Brasil. No entanto, um aspecto interessante do levantamento é que 2 periódicos têm foco no campo do Direito. Tal característica pode indicar que as origens da administração pública na América Latina no campo do direito e ao enfoque jurídico, conforme já citado, ainda está presente nos dias atuais.

Dentre esses 18 periódicos, três deles têm foco na área da saúde. Como os três são editados por instituições brasileiras, reforça a ideia de relevância da área da saúde pública na pesquisa acadêmica brasileira.

Os 1.184 artigos selecionados foram citados 2.165 vezes. Neste ponto há uma grande diferença entre os trabalhos de autores latino-americanos brasileiros dos não brasileiros. A média de citações por artigo de autores brasileiros é de 2,38 com h-index de 15, enquanto a de autores não brasileiros é de 1,07 com h-index de 10 (Tabela 3).

Tabela 3 - Citações por artigo

	AL com Brasil	Brasil	AL sem Brasil
Total de artigos	1.184	680	510
Citações	2.165	1.622	547
Média de citações por artigo	1,83	2,38	1,07
h-index	16	15	10

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Os 18 artigos que compõem o h-index do total de artigos são de autoria de brasileiros e estão relacionados na Tabela 4.

Percebe-se, nos artigos mais citados, uma relevância já identificada anteriormente, da área da saúde na produção sobre administração pública. Dos 18 artigos mais citados, seis foram publicados em revistas da área da saúde (Ciência & Saúde Coletiva, Revista de Nutrição e Saúde e Sociedade).

Tabela 4 – Artigos que compõem o h-index

Título	Autores	Título da fonte	Ano	Citações	Média p/ano
Da teoria à formulação de uma Política Nacional de Avaliação em Saúde: reabrindo o debate	Felisberto, Eronildo	Ciência & Saúde Coletiva	2006	52	3,06
Modelos organizacionais e reformas da administração pública	Secchi, Leonardo	Revista de Administração Pública	2009	43	3,07
A política da avaliação de políticas públicas	Faria, Carlos Aurélio Pimenta de	Revista Brasileira de Ciências Sociais	2005	40	2,22
O programa nacional de alimentação escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local	Belik, Walter; Chaim, Nuria Abrahão	Revista de Nutrição	2009	35	2,5
Intersetorialidade? IntersetorialidadeS!	Akerman, Marco; Franco de Sá, Ronice; Moyses, Simone; Rezende, Regiane; Rocha, Dais	Ciência & Saúde Coletiva	2014	33	3,67
Avaliando o processo de construção de políticas públicas de promoção de saúde: a experiência de Curitiba	Moysés, Samuel Jorge; Moysés, Simone Tetu; Krempel, Márcia Cristina	Ciência & Saúde Coletiva	2004	28	1,47
Cooperação entre programas de pós-graduação em administração no Brasil: evidências estruturais em quatro áreas temáticas	Rossoni, Luciano; Guarido Filho, Edson Ronaldo	Revista de Administração Contemporânea	2009	22	1,57
Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas	Costa, Frederico Lustosa da	Revista de Administração Pública	2008	21	1,4
Reforma universitária no Brasil - 1995-2006: precária trajetória e incerto futuro	Sguissardi, Valdemar	Educação & Sociedade	2006	20	1,18
(In)satisfação com o trabalho em saúde mental: um estudo em Centros de Atenção Psicossocial	Guimarães, José Maria Ximenes; Jorge, Maria Salete Bessa; Assis, Marluce Maria Araújo	Ciência & Saúde Coletiva	2011	18	1,5
El mercado escolar en Chile y el surgimiento de la nueva gestión pública: el tejido de la política entre la dictadura neoliberal y los	Falabella, Alejandra	Educação & Sociedade	2015	17	2,13

gobiernos de la centroizquierda (1979 a 2009)					
Crise hídrica na Macrometrópole Paulista e respostas da sociedade civil	Jacobi, Pedro Roberto; Cibim, Juliana; Leão, Renata de Souza	Estudos Avançados	2015	17	2,13
Impacto de la innovación sobre el rendimiento de la mipyme: un estudio empírico en Colombia	Gálvez Albarracín, Edgar Julián; García Pérez de Lema, Domingo	Estudios Gerenciales	2012	17	1,55
Nova gestão pública e governos democrático-populares: contradições entre a busca da eficiência e a ampliação do direito à educação	Oliveira, Dalila Andrade	Educação & Sociedade	2015	16	2
Política externa brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública	Milani, Carlos R. S.; Pinheiro, Leticia	Contexto Internacional	2013	16	1,6
Por uma nova interpretação das mudanças de paradigma na administração pública	Andion, Carolina	Cadernos EBAPE.BR	2012	16	1,45
Espacio público y participación ciudadana en la gestión pública en Chile: límites y posibilidades	Delamaza, Gonzalo	Polis (Santiago)	2011	16	1,33
Práticas corporais/atividade física e políticas públicas de promoção da saúde	Moretti, Andrezza C.; Almeida, Vanessa; Westphal, Márcia Faria; Bógus, Cláudia M.	Saúde e Sociedade	2009	16	1,14

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Ao se analisar as citações por periódicos, nota-se um “descolamento” em relação aos periódicos que mais publicam, já que algumas bem colocadas em número de artigos publicados, não repetem tal desempenho quando analisadas as citações recebidas. A concentração de citações em alguns periódicos é maior do que a concentração de artigos publicados, já que apenas dois periódicos concentram 27,7% das citações e onze periódicos concentram mais de 50% (Tabela 5).

Tabela 4 - Periódicos com mais citações

Periódico	Citações	%	% acumulado
Revista de Administração Pública	386	17,8%	17,8%
Ciência & Saúde Coletiva	215	9,9%	27,7%
Cadernos EBAPE.BR	93	4,3%	32,0%
Saúde e Sociedade	85	3,9%	35,9%
Educação & Sociedade	73	3,4%	39,2%
Revista de Administração Contemporânea	71	3,3%	42,5%
Cadernos de Saúde Pública			
Revista Brasileira de Ciências Sociais	40	1,8%	46,2%
Texto & Contexto - Enfermagem	36	1,7%	47,8%
Revista de Nutrição	35	1,6%	49,4%
Polis (Santiago)	31	1,4%	50,9%
Estudios Gerenciales	26	1,2%	52,1%
Estudos Avançados	24	1,1%	54,3%

Revista de Administração de Empresas			
Revista de Saúde Pública	20	0,9%	55,2%
Gestión y política pública	18	0,8%	56,0%
Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação Ambiente & Sociedade			
Trabalho, Educação e Saúde			
Engenharia Sanitaria e Ambiental	17	0,8%	61,5%
Psicoperspectivas			
Revista Brasileira de Educação			
Revista de Salud Pública			
REAd. Revista Eletrônica de Administração			
Revista de Administração Mackenzie	16	0,7%	63,7%
Contexto Internacional			
Revista de Administração (São Paulo)	15	0,7%	64,4%

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Mais uma vez chama atenção a área da saúde, com alguns periódicos melhor posicionados do que na relação de quantidade de artigos publicados. Há, inclusive, um colombiano, *Revista de Salud Pública*, que pode indicar que a relevância da área da saúde pública não se dá apenas no Brasil.

Em relação aos autores, dentre os 16 que mais publicam na área, 13 são vinculados a instituições brasileiras. Ainda que essa liderança seja esperada, já que as instituições brasileiras respondem com mais de 60% da produção, essa proporção de mais de 80% dos autores que mais publicam não deixa de surpreender (Tabela 6).

Tabela 5 - Autores que mais publicam

Autor	Registro
Marco Aurelio Marques Ferreira	9
José Roberto Pereira	7
Marcos de Moraes Sousa	6
Vicente Sisto Campos (Chile)	6
Fátima Bayma de Oliveira	6
Sandro Cabral	5
Ricardo Corrêa Gomes	5
Edson Ronaldo Guarido Filho	5
Alketa Peci	5
Josiel Lopes Valadares	5
Mário Aquino Alves	5
Ivan Beck Ckagnazaroff	5
Magnus Luiz Emmendoerfer	4
José Mendes Ribeiro	4
Yudith Salvador Hernández (Cuba)	4
Bárbara Susana Sánchez Vignau (Cuba)	4

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Em relação à quantidade de autores que publicaram apenas uma vez, em ambos os conjuntos o percentual está próximo a 90%, o que demonstra pouco interesse ou pouca persistência na pesquisa sobre o tema. Já os percentuais de coautoria demonstram uma diferença importante na característica dos dois conjuntos, evidenciando que os autores de instituições brasileiras cooperam mais entre si. Outra

característica que se pode identificar com esses dados é que, dos autores que mais publicam na área, a grande maioria é vinculada a instituições brasileiras.

Foi realizada, também, análise dos autores mais citados nas pesquisas. Esse ponto é o que evidencia maior distanciamento entre as pesquisas no Brasil do restante da América Latina. Dentre os dez autores mais citados nos dois conjuntos, apenas Max Weber aparece em ambos. Dentre os 20 mais citados de cada conjunto, além de Max Weber, aparecem Jürgen Habermas, Christopher Hood, Pierre Bourdieu e Christopher Pollitt. Dentre os 30 mais citados, além desses, Manuel Castells aparece em ambas as listas.

Os 4 autores mais citados nos trabalhos de autores não brasileiros não aparecem nem entre os 30 mais citados por autores brasileiros. Os cinco autores mais citados por brasileiros não aparecem na lista dos 30 mais citados por autores latino-americanos não brasileiros (Tabela 7).

Tabela 6 - Autores mais citados

América Latina		Brasil	
Autor citado	Citações	Autor citado	Citações
1 Aguilar Villanueva, Luis F.	46	Bresser Pereira, Luiz Carlos	186
2 Osborne, David	44	Paes de Paula, Ana Paula	71
3 Sisto Campos, Vicente	37	Abrucio, Fernando Luiz	67
4 Oszlak, Oscar	36	Guerreiro Ramos, Alberto	60
5 Hood, Christopher(**)	34	Bardin, Laurence	55
6 Barzelay, Michael	31	Habermas, Jürgen(**)	49
7 Weber, Max(*)		Tenório, Fernando Guilherme	48
8 Peters, Brainard Guy	29	Weber, Max(*)	45
9 Christensen, Tom	28	Hair Jr., Joseph F.	
10 Cabrero Mendoza, Enrique	27	Yin, Robert K.	43
11 Guerrero, Omar A.	25	Gil, Antônio Carlos	
12 Bourdieu, Pierre(**)	24	Fischer, Tânia Maria Diederichs	41
13 Cunill Grau, Nuria		Bourdieu, Pierre(**)	38
14 Habermas, Jürgen(**)	22	Minayo, Maria Cecília de Souza	37
15 Crozier, Michel		Avritzer, Leonardo	36
16 García de Enterría, Eduardo	19	Harvey, David	
17 Arellano Gault, David	21	Pollitt, Christopher(**)	35
18 O'Donnell, Guillermo		Hood, Christopher(**)	32
19 Pollitt, Christopher(**)	17	Giddens, Anthony	31
20 Iacoviello, Matteo		Bertero, Carlos Osmar	30
21 Kliksberg, Bernardo	16	Carvalho, José Murilo de	
22 Bellei, Cristian	15	Motta, Paulo Roberto	29
23 Evans, Peter		Castells, Manuel(***)	
24 Soto Kloss, Eduardo	16	Costa, Frederico José Lustosa da	
25 Castells, Manuel(***)		Keinert, Tania M. Mezzomo	
26 Duflo, Esther	17	Vergara, Sylvia Constant	28
27 Longo, Francisco	16	Arretche, Marta T. S.	
28 Ball, Stephen J.	15	Mintzberg, Henry	27
29 Fardella, Carla		Fleury, Sonia	
30 Prats i CATALA, Joan		Souza, Celina	

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Nota: (\*) autor entre os 10 mais citados em ambos os conjuntos; (\*\*) autor entre os 20 mais citados em ambos os conjuntos; (\*\*\*) autor entre os 30 mais citados em ambos os conjuntos.

Ao se observar a relação de autores mais citados, percebe-se que há grande diferença entre as fontes consultadas nos dois grupos. Na lista dos autores mais citados por autores latino-americanos não brasileiros, a maioria é de autores contemporâneos que publicam estudos na área de administração pública ou afins (políticas públicas, gestão pública, direito público etc.). A lista de autores citados por autores brasileiros já apresenta maior heterogeneidade, incluindo autores que publicaram principalmente sobre questões metodológicas (Yin, Bardin, Gil, Vergara e Hair), o que mostra uma maior preocupação dos autores brasileiros com essas questões, e autores ligados a áreas não diretamente ligadas, mas que permeiam as discussões sobre administração pública, como Harvey, Giddens e Mintzberg. Dentre os 30 autores mais bem colocados em ambas as listas, aparecem quatro mais dedicados a questões sociológicas (Weber, Habermas, Bourdieu e Castells), ainda que com forte presença nos estudos da administração pública, especificamente Weber e Habermas.

Outra observação importante refere-se aos autores relacionados na tabela 3 (autores que mais publicam) que constam da tabela 4 (autores mais citados). Apenas Vicente Sisto consta das duas listas. Desta forma, pode-se inferir que os autores latino-americanos, principalmente os brasileiros, citam pouco seus pares latino-americanos.

Foi feito também um levantamento das palavras-chave mais utilizadas nos artigos. Neste item, os artigos parecem ser mais homogêneos nos dois conjuntos, embora haja algumas peculiaridades (Tabela 8).

Tabela 7 - Palavras-chave mais utilizadas

América Latina		Brasil	
Palavra-chave	Ocorrências	Palavra-chave	Ocorrências
public administration	108	public administration	153
public management	68	public management	70
new public management	35	public policy	29
state	23	public policies	27
governance	22	new public management	19
public policy	21	brazil	14
public policies	20	covid-19	13
mexico	16	health management	11
chile	15	social participation	11
citizen participation	15	unified health system	11
management	14	accountability	10
corruption	10	governance	10
transparency	10	health policy	10
e-government	9	corruption	9
electronic government	9	knowledge management	9
innovation	9	management	9
civil service	8	participation	9
decentralization	8	social management	9
evaluation	8	state	9
local development	8	state reform	9

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Pode-se perceber que no topo da lista as duas palavras-chave mais usadas nos dois conjuntos foram “*public administration*” e “*public management*”, o que não

surpreende, já que foram as palavras utilizadas na busca para selecionar os artigos. No entanto, das 7 palavras-chave mais usadas nas listas, cinco são comuns a ambas, o que pode caracterizar certa homogeneidade. Além das duas já citadas, “*public policies*”, “*public policy*” e “*new public management*” também aparecem. Nota-se, desta forma, uma atenção especial às políticas públicas bem como do advento da “*new public management*” ou “nova gestão pública”. Neste ponto, é surpreendente que apenas 19 artigos de autores brasileiros tenham essa palavra-chave, principalmente ao se levar em conta a liderança de Bresser Pereira, principal nome desse movimento no Brasil, nos autores citados nos artigos de autores brasileiros.

Nos dois grupos aparecem várias palavras-chave relacionadas à transparência e participação, como “*governance*”, “*accountability*”, “*citizen participation*”, “*social participation*”, “*transparency*”, “*participation*”, “*decentralization*” e “*social control*”, indicando também uma preocupação da academia latino-americana nesses assuntos.

Por fim, as palavras “*e-government*” e “*electronic government*” aparecem somente entre as mais utilizadas entre os artigos de autores não brasileiros, e as palavras “*health policy*” e “*health management*” apenas entre as mais utilizadas por autores brasileiros. Em ambos os casos, parece mostrar uma atenção especial dos autores nesses temas, sendo a questão da saúde já observada nas instituições e nos periódicos que mais publicaram.

## 7. Conclusão

O estudo buscou identificar convergências e divergências entre o perfil da produção sobre administração pública realizada no Brasil e da produção realizada nos outros países da América Latina. A primeira observação básica é que a produção brasileira responde por quase 60% da produção da América Latina, com 680 artigos. Desses, apenas 6 tem coautoria entre brasileiros e latino-americanos não brasileiros. Ou seja, a integração por esse prisma é bem pequena.

O segundo ponto é que o tema tem ganhado relevância e importância na academia latino-americana, o que pode ser verificado no aumento bastante regular no número de artigos publicados ao longo dos anos. Ainda que as produções de autores brasileiros e autores latino-americanos não brasileiros, quando vistas separadamente, apresentem um crescimento menos regular, a produção total mostra um crescimento vigoroso e constante.

As instituições que produzem essas pesquisas são, na quase totalidade, universidades, e na grande maioria, públicas. Em relação aos periódicos que publicam os estudos, há uma concentração de 16,6% da produção em duas publicações, ambas editadas pela Fundação Getúlio Vargas, que é a segunda instituição que mais produz.

Em relação aos autores que mais publicam, há uma certa concentração em autores brasileiros. São 3 autores que publicaram 7 artigos ou mais, todos brasileiros. Dos 31 autores que publicaram mais de 3 artigos, apenas 3 não são brasileiros. Ainda que esses que mais publicam possam ser considerados exceções, é relevante identificar que apenas 3 autores não brasileiros publicaram mais de 3 artigos sobre administração pública. Isso pode demonstrar uma tendência nos autores não brasileiros em se dedicar pouco ao tema, conseqüentemente produzindo relativamente pouco. Além disso, a pesquisa mostrou que em torno de 90% dos autores (91,8% do não brasileiros e 88,7% dos brasileiros) publicaram apenas uma

vez. Tal percentual reforça a ideia de que a grande maioria dos autores latino-americanos, inclusive os brasileiros, se dedicam pouco ao tema.

Outra grande diferença encontrada é em relação às citações recebidas pelos artigos. Dos 18 artigos que tiveram 16 ou mais citações (h-index), apenas 3 são de autores não brasileiros. A média de citações recebida pelos artigos brasileiros foi maior que o dobro da média recebida pelos artigos não brasileiros. Isso mostra que a pesquisa brasileira tem encontrado eco na academia. Principalmente a área da saúde mostra um desempenho expressivo nas citações recebidas.

O ponto que demonstra a maior diferença entre o perfil dos estudos brasileiros dos estudos latino-americanos não brasileiros, talvez seja a análise das referências utilizadas nos estudos pesquisados. Apenas Max Weber está entre os 10 mais citados de ambas as listas. Grosso modo, os estudos brasileiros buscam suas fontes em autores diversos dos estudos não brasileiros. Percebe-se, também, preocupação maior por questões metodológicas por parte dos autores brasileiros. Seria essa uma tentativa dos autores brasileiros de conferir mais robustez metodológica aos estudos em AP?

As palavras-chave dos estudos também indicaram alguma mudança de perfil entre os dois grupos de artigos, embora de forma não muito evidente. A palavra-chave “*new public management*” aparecer mais em artigos de autores não brasileiros pode indicar que esse movimento foi mais estudado nos outros países da América Latina do que no Brasil.

Ressalta-se a significativa presença da área da saúde nos estudos em administração pública, principalmente dos autores brasileiros. Os índices relacionados às instituições que mais publicam, periódicos que mais publicam e que recebem mais citações, artigos mais citados e palavras-chave, formam um conjunto de indicadores que permitem considerar a importância da área da saúde nos estudos em administração pública na América Latina, principalmente entre os brasileiros.

Como qualquer estudo, o presente tem suas limitações. Uma delas refere-se à base de dados consultada. A escolha pela Scielo deveu-se à forte presença desta base nos países latino-americanos. No entanto, obviamente, a base não indexa toda a produção acadêmica da região, assim como nenhuma outra base. As características da base podem ter influenciado alguns resultados apresentados. No entanto, qualquer que fosse a base utilizada, tal limitação correria.

Uma segunda limitação refere-se ao escopo de pesquisa utilizado para selecionar os artigos. O uso das expressões “*public management*” e “*public administration*” no campo “tópico” da base consultada talvez não seja o mais adequado. É possível, ou até provável, que algum artigo que se refere ao tema pesquisado tenha ficado de fora da pesquisa, e que também o inverso tenha ocorrido. Talvez uma pesquisa com o escopo de busca mais elaborado, buscando outras palavras ou expressões que caracterizem o tema, possam ter um resultado mais apurado.

Como sugestão de pesquisas futuras, a realização de estudo equivalente incluindo outras bases de dados ou escopo de pesquisa mais refinados, que possam ser comparados com os resultados aqui apresentados. Outra sugestão é a realização de pesquisa qualitativa, buscando identificar os contextos, tipos de pesquisa e assuntos mais estudados no âmbito das pesquisas em administração pública. A



questão da metodologia nos estudos em AP parece carecer de pesquisas mais aprofundadas. Tais estudos poderiam oferecer uma contribuição valiosa aos acadêmicos da área.

### Referências

ALMEIDA, Anna Laura Teixeira de; FERREIRA, Marco Aurelio Marques; TEIXEIRA, Simone Andrade; GOMES, Almiralva Ferraz. O empoderamento de mulheres e o Programa Bolsa Família: um recorte analítico em Minas Gerais. **Desenvolvimento Socioeconômico em Debate**, v. 5, n. 2, p. 22-48, 2019.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista brasileira de ciência política**, n. 11, p. 89-117, 2013.

BERRONES, Ricardo Uvalle. Condiciones, procesos y tendencias de la administración pública contemporánea. **Convergencia**, v. 16, n. 49, p. 73-102, 2009.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Da administração pública burocrática à gerencial. **Revista do Serviço Público**, ano 47, v. 120, n. 1, p. 7-40, 1996.

CÓRDOVA, Gabriela Cecilia Sulca; DOMÍNGUEZ, Edgar Efraín Osejo; GARCES, Diego Marcelo Mantilla. Síntesis Evolutiva de la Administración Pública con la Vinculación de Gobierno Abierto, Gobernanza y la Nueva Gestión Pública como Nuevos Paradigmas. **Revista de Investigación Enlace Universitario**, v. 19, n. 1, p. 63-79, 2020.

DA COSTA, W. S.; RONCONI, L. F. de A.; MENEZES, E. C. de O. O Curso de especialização em Gestão Pública Avançada da Fundação Escola de Governo de Santa Catarina frente a modelos de administração pública: perspectiva dos egressos sob sua formação. **Revista do Serviço Público**, v. 71, n. 4, p. 954-986, 2020.

DAMIÃO, Abraão Pustrelo. A episteme de ponta-cabeça: os saberes subalternos e as novas perspectivas das Ciências Sociais. **Estudos de Sociologia**, v. 20, n. 38, p.145-162, 2015.

DANI, Andréia Carpes; DAL MAGRO, Cristian Baú; MATIAS-PEREIRA, José; ZONATTO, Vinícius Costa da Silva. Efeitos da Qualidade da Governança Pública no Sentimento de Confiança da População em Países da América Latina. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 10, n. 4, p. 228-238, 2018.

DUARTE, André Luís Faria; ZOUAIN, Deborah Moraes. O Desenvolvimento do Campo de Administração Pública: Análise Paradigmática dos Estudos no Brasil. In: XLIV Encontro da ANPAD - EnANPAD 2020, 44., 2020, online. **Anais [...]**, ANPAD, 2020.

DUBNICK, Melvin J. Demons, spirits, and elephants: Reflections on the failure of public administration theory. **Journal of Public and Nonprofit Affairs**, v. 4, n. 1, p. 59-115, 2018.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Administração pública e políticas públicas. **Revista de Administração Pública - RAP**, v. 45, n. 3, p. 813-836, 2011.

FARRELL, Catherine; HATCHER, William; DIAMOND, John. Reflecting on over 100 years of public administration education. **Public Administration**, v. 100, n. 1, p. 116-128, 2022.

FIGUEROA, José Javier Capera; DAVID, Héctor José Galeano. Las políticas públicas un campo de reflexión analítica entre la ciencia política y la administración pública latinoamericana. **Telos: Revista de Estudios Interdisciplinarios en Ciencias Sociales**, v. 19, n. 2, p. 366-387, 2017.

FUNCK, Elin K.; KARLSSON, Tom S. Twenty-five years of studying new public management in public administration: Accomplishments and limitations. **Financial Accountability & Management**, v. 36, n. 4, p. 347-375, 2020.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

GOODSELL, Charles T. Public Administration Scholarship: Revisiting the Applied Function. **The American Review of Public Administration**, v. 51, n. 7, p. 487-491, 2021.

GRIMMELIKHUIJSEN, Stephan; TUMMERS, Lars; PANDEY, Sanjay K. Promoting State-of-the-Art Methods in Public Management Research. **International Public Management Journal**, v. 20, n. 1, p. 7-13, 2017.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. A nova ignorância e o futuro da administração pública na América Latina. **Revista de Administração Pública**, v. 4, n. 2, p. 7-45, 1970.

HOPKINS, Jack W. Contemporary research on public administration and bureaucracies in Latin America. **Latin American Research Review**, v. 9, n. 1, p. 109-139, 1974.

HORA, Gabriela Pereira Rangel; RIBAS JUNIOR, Rodolfo; SOUZA, Marcos Aguiar de. Estado da Arte das Medidas em Satisfação no Trabalho: Uma Revisão Sistemática. **Trends in Psychology**, v. 26, n. 2, p. 971-986, 2018.

IACOVINO, Nicola Mario; BARSANTI, Sara; CINQUINI, Lino. Public Organizations Between Old Public Administration, New Public Management and Public Governance: the Case of the Tuscany Region. **Public Organization Review**, v. 17, n. 1, p. 61-82, 2017.

JURADO-ZAMBRANO, Diego Armando, URREGO-ESTRADA, Gleidy Alexandra; GUTIÉRREZ-OSSA, Jahir Alexander. Perfil del administrador público en Colombia: una mirada desde la industria 4.0 y la apropiación social del conocimiento. **Pensamiento Americano**, v. 15, n. 29, p. 71-92, 2022.

KEINERT, Tania Margarete Mezzomo. O movimento “campo de públicas”: construindo uma comunidade científica dedicada ao interesse público e aos valores republicanos. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 6, n. 4, p. 169-176, 2014.

KERAMATFAR, Abdalsamad; AMIRKHANI, Hossein. Bibliometrics of sentiment analysis literature. **Journal of Information Science**, v. 45, n. 1, p. 3-15, 2019.

LANGDON, Esther Jean. Os diálogos da antropologia com a saúde: contribuições para as políticas públicas. **Ciência & saúde coletiva**, v. 19, p. 1019-1029, 2014.

LIANG, Ting-Peng; LIU, Yu-Hsi. Research landscape of business intelligence and big data analytics: A bibliometrics study. **Expert Systems with Applications**, v. 111, p. 2-10, 2018.

LOPEZ, Maria Angeles Abellán; DIAS, Thiago Ferreira; NEBOT, Carmen. As Trajetórias Modernizadoras da Administração Pública: Brasil e Espanha. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**, v. 5, n. 3, p. 251-272, 2020.

MACIEL, Caroline Stéphanie Francis dos Santos. Articulação administrativa: por uma reforma cultural da administração pública. **Revista de Direito Administrativo**, v. 280, n. 2, p. 201-225, 2021.

MELE, Valentina; ESTEVE, Marc; LEE, Seulki; BEL, Germà; CAPPELLARO, Giulia; PETROVSKY, Nicolai; OSPINA, Sonia M. Enhancing methodological reporting in public administration: The functional equivalents framework. **The American Review of Public Administration**, v. 50, n. 8, p. 811-824, 2020.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia. Por uma razão decolonial: Desafios ético-político-epistemológicos à cosmovisão moderna. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 14, n. 1, p. 66-80, 2014.

MONTEMAYOR, Daniel Javier De la Garza; RAMÍREZ, Elisa R. Yllán; IBÁÑEZ, Daniel Barredo. Tendencias en la administración pública moderna: la nueva gestión pública en México. **Revista Venezolana de Gerencia**, v. 23, n. 81, p. 31-48, 2018.

MONTERO, Gregorio. Del gobierno abierto al Estado abierto: la mirada del Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo. In: A. NASER, Alejandra; RAMÍREZ-ALUJAS, Álvaro; ROSALES, Daniela (Eds.). **Desde el gobierno abierto al Estado abierto en América Latina y el Caribe**. p. 53-81. Santiago: CEPAL, 2017.

MOTTA, Luiz Eduardo. Os limites teóricos (e políticos) da teoria das organizações e da administração pública. **Revista Novos Rumos**, v. 50, n. 2, 2013.

NEVES, Fabrício Ramos; GÓMEZ-VILLEGAS, Mauricio. Reforma contábil do setor público na América Latina e comunidades epistêmicas: uma abordagem institucional. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 1, p. 11-31, 2020.

NUNES, Everardo Duarte. Ciências Sociais em Saúde: uma reflexão sobre sua história. In: MINAYO, M. C. S.; COIMBRA JÚNIOR, C. E. A. (Orgs). **Críticas e atuantes: ciências sociais e humanas em saúde na América Latina**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005. p. 19-31.

NUNES, Ricardo da Costa; NUNES, Selene Peres Peres. Uma breve discussão sobre a fragilidade teórica nos campos da Administração Pública. **Revista Estudos e Pesquisas em Administração**, v. 2, n. 1, p. 134-147, 2018.

OROZCO, Omar Guerrero. La formulación de principios en la administración pública. **Convergencia**, v. 16, n. 49, p. 15-35, 2009.

OSPINA, Sonia M.; ESTEVE, Marc; LEE, Seulki. Assessing qualitative studies in public administration research. **Public Administration Review**, v. 78, n. 4, p. 593-605, 2018.

RAMOS, Conrado; MILANESI, Alejandro. Public Management Models, Latin America. **Global Encyclopedia of Public Administration, Public Policy, and Governance**. Cham: Springer International Publishing, p. 70-79, 2017.

RYU, Sangyub. Modeling public management: current and future research. **Public Organization Review**, v. 16, n. 1, p. 77-94, 2016.

SOETERS, Joseph L.; TESSEMA, Mussie Teclemichael. Public management in developing countries: some notes on Eritrea. **International Review of Administrative Sciences**, v. 70, n. 4, p. 623-635, 2004.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **Um discurso sobre as ciências**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

TORRES, Carlos Alberto; ROMÃO, José Eustáquio; TEODORO, António. Redes institucionais na América Latina: construindo as Ciências Sociais Contemporâneas e a Educação. **Revista Lusófona de Educação**, n. 21, p. 13-32, 2012.

TRINDADE, Hélio Henrique Casses. "Disciplinarização" e construção institucional da sociologia nos países fundadores e sua reprodução na América Latina. **Sociologias**. v. 20, n. 47, p. 210-256, 2018.

WAHRLICH, Beatriz Marques de Souza. Evolução das ciências administrativas na América Latina. **Revista de Administração Pública**, v. 13, n. 1, p. 31-68, 1979.

WALKER, Richard M.; BREWER, Gene A.; LEE, M. Jin; PETROVSKY, Nicolai; VAN WITTELOOSTUIJN, Arjen. Best practice recommendations for replicating experiments in public administration. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 29, n. 4, p. 609-626, 2019.